

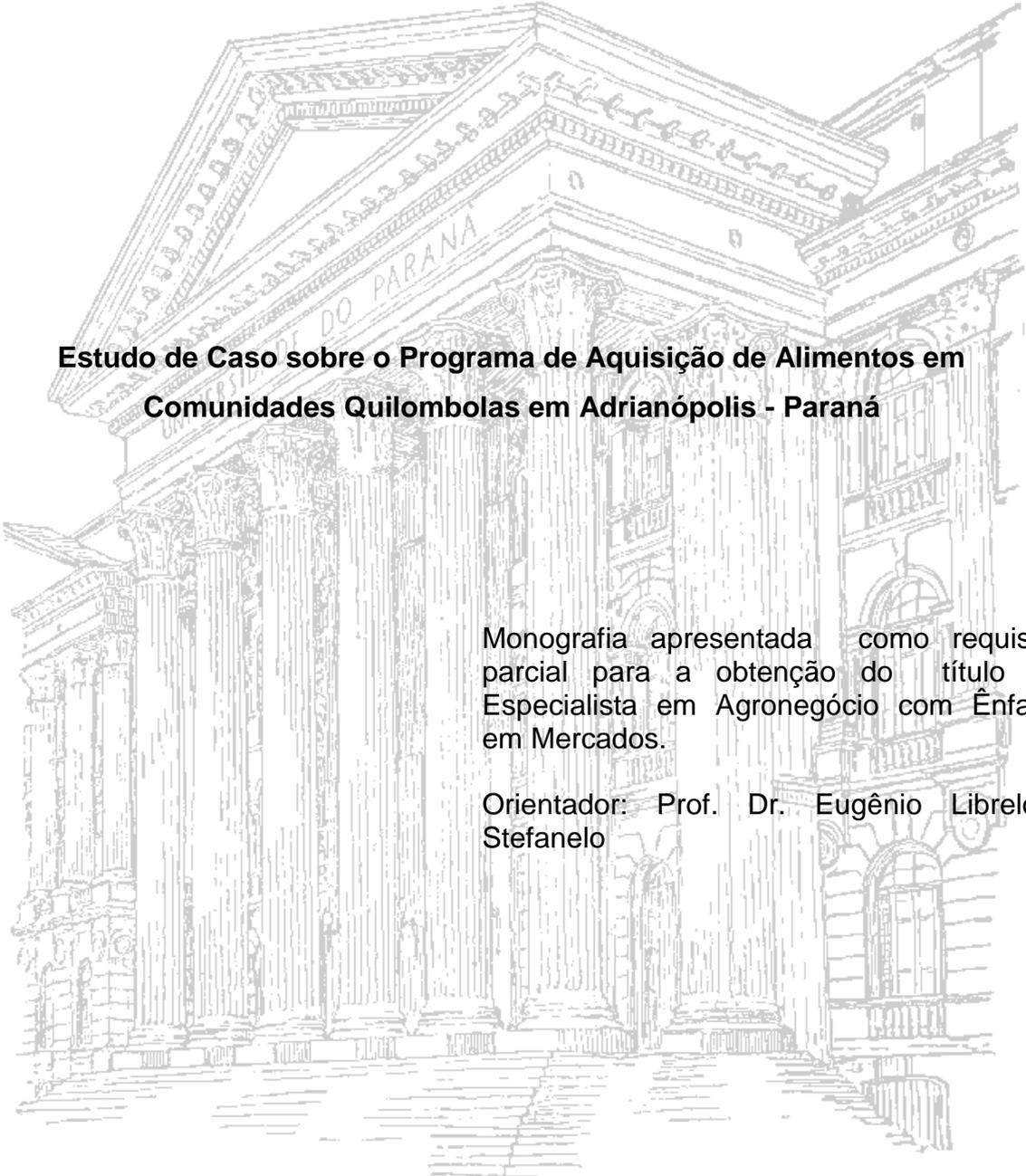
ROSIMEIRE LAURETTO

**Estudo de Caso sobre o Programa de Aquisição de Alimentos em
Comunidades Quilombolas em Adrianópolis - Paraná**

CURITIBA

2011

ROSIMEIRE LAURETTO



**Estudo de Caso sobre o Programa de Aquisição de Alimentos em
Comunidades Quilombolas em Adrianópolis - Paraná**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Agronegócio com Ênfase em Mercados.

Orientador: Prof. Dr. Eugênio Libreloto Stefanelo

CURITIBA

2011

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pelo apoio incondicional.

Ao meu orientador, por entender e respeitar meus momentos de indecisão.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

*Há aqueles que lutam um dia; e por isso são bons;
Há aqueles que lutam muitos dias; e por isso são muito bons;
Há aqueles que lutam anos; e são melhores ainda;
Porém há aqueles que lutam toda a vida; esses são os imprescindíveis.
Os que lutam. Bertold Brecht.*

LAURETTO, Rosimeire. **Estudo de Caso sobre o Programa de Aquisição de Alimentos em Comunidades Quilombolas em Adrianópolis – Paraná.** 2011. Monografia (Especialização em Agronegócios com Ênfase em Mercados) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo identificar a contribuição do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na agricultura familiar em comunidades remanescentes quilombolas de Adrianópolis, no Vale do Ribeira. O PAA foi instituído pela Lei nº. 10.696 de 2 de julho de 2003, regulamentado pelo Decreto nº. 6.447 de 7 de maio de 2008, sendo uma das ações estratégicas do Programa Fome Zero. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica e a análise dos resultados do programa por meio de pesquisa documental junto aos agricultores, associação dos produtores e nos dados da CONAB. Foi possível identificar que, dentre as ações do PAA, está a CPR Doação – que é a compra direta sem licitação de produtos de agricultores familiares, organizados em associações e cooperativas e a doação simultânea destes produtos a entidades socioassistenciais locais. Este mecanismo contribuiu para uma melhoria na renda dos agricultores beneficiados, uma vez que o programa possibilitou a diversificação na produção e a garantia de venda por um preço justo.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar, Comunidades Remanescentes Quilombolas, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

SUMÁRIO

1. Introdução	06
2. Justificativa	09
3. Objetivos	11
3.1 Objetivo Geral	11
3.2 Objetivos Específicos	12
4. Fundamentação Teórica	12
4.1 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	12
4.2 O Conceito de Quilombos	17
4.3 Comunidades Remanescentes Quilombolas do Vale do Ribeira	18
4.3.1 Acesso das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira ao PAA	20
5. Metodologia	20
6. Análise dos Resultados	21
6.1 O Programa de Aquisição de Alimentos no Município de Adrianópolis em 2010	21
6.2 O Programa de Aquisição de Alimentos no Município de Adrianópolis em 2011	23
7. Considerações Finais	27
8. Referências Bibliográficas	28

1. INTRODUÇÃO

A estrutura agrária brasileira é composta por um vasto mosaico étnico, social e cultural, refletindo as origens coloniais da economia e da sociedade, marcada por incentivos às grandes propriedades, à monocultura exportadora e à escravatura (Martins, 1986; Altafin, 2003). Na diversidade do meio rural, destaca-se a presença da agricultura familiar, categoria que busca integrar em um único rótulo, grupos sociais bastante heterogêneos e princípios definidores divergentes (Carneiro, 1999) Tal constatação pode ser comprovada observando-se as segmentações adotadas pelo PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (¹).

Recentemente, diversos estudos têm focalizado o papel da agricultura familiar como elemento estratégico de desenvolvimento rural. Nesse contexto, vêm sendo conduzidas pesquisas que buscam analisar as estratégias individuais e coletivas de reprodução física e social desses grupos, bem como sua dinâmica territorial (Schneider, 2003; Abramovay, 1999; Valente, 2004).

As políticas de apoio ao desenvolvimento rural da Agricultura Familiar possuem três desafios principais, quais sejam: vencer a precariedade social; articular e integrar o meio rural ao conjunto da sociedade, assegurando a intensidade de contatos sociais; e garantir às populações seu direito à cidadania (Wanderley, 1999). Para tanto, a prática organizativa representa um dos principais desafios para esse segmento, especialmente quando se trata de inserção no mercado, demandando políticas públicas específicas, tendo em vista que se trata de grupos historicamente excluídos do processo de modernização da agricultura.

(¹) O Pronaf foi criado para atender às reivindicações das organizações rurais, objetivando apoiar financeiramente as atividades agropecuárias e não agropecuárias de diferentes públicos: mulheres rurais, populações quilombolas, indígenas, extrativistas, ribeirinhas, pescadores artesanais, aquicultores e assentado (as) da reforma agrária.

Nesse contexto, a agricultura familiar deixou de ser entendida como, essencialmente, produtora de bens agrícolas, passando a ser reconhecida por múltiplas funções, tais como a conservação dos recursos naturais, do patrimônio cultural e da qualidade dos alimentos (Graziano da Silva, 1997; Carneiro, 1998; Schneider, 2003).

A partir dessa constatação de multifuncionalidade e pluriatividade foram desenvolvidas políticas públicas de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar, representadas pelo PRONAF, PNATER – Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural que consolidaram estratégias voltadas à produção, entendendo-se que a comercialização teria suas demandas atendidas pela Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal – PGPM, com forte presença do Estado nas ações de sustentação de preços e geração de renda (Altmann *et al*, 2002; Espírito Santo *et al*, 2003).

Os autores elencam leis, projetos, programas e políticas, tais como:

a criação da Cédula do Produto Rural (CPR) (1994), o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (1995), o Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (PROGER Rural) (1995), a garantia de preços agrícolas (96), o Programa de Securitização da Dívida (1995) dado ao elevado endividamento do setor, Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA) (1998), a criação da Cédula da Terra e Banco da Terra (97/98) e regulamentados em 2001, com a respectiva criação de assentamentos sob responsabilidade do INCRA, intensificados a partir de 1995, a Lei Kandir, de incentivo à exportação (1996), a introdução dos contratos de opção de venda e do Prêmio de Escoamento de Produtos (PEP), a Moderfrota (1999) para modernização e mecanização agrícola, a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), inicialmente por medida provisória (1999) e confirmada por decreto (2004), Lei da Armazenagem (2000), a Garantia de Safra (2002), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (2003), o Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios Rurais (PRONAT) (2003), novos títulos de apoio ao financiamento como o Certificado de Depósito Agropecuário e a Lei Warrant Agropecuário CDA/WA (2004), Seguro Agricultura Familiar (Proagro Mais) (2004), Programa Nacional do Biodiesel (2004), o Programa Bolsa Família (2004) e o II Plano Nacional de Reforma Agrária (2003/04 (KAMIMURA *et al*, 2010, p. 5)).

Entretanto, na década de 90, com a redução da capacidade do Estado em intervir, houve uma reformulação total nos instrumentos de apoio à comercialização (Coelho, 2001) da produção agrícola, as operações da PGPM, especialmente as de

crédito, passaram a ser implementadas com recursos oriundos da exigibilidade bancária (Leite, 2001). Este cenário, aliado a um modelo de desenvolvimento agrícola voltado à produção de “commodities” para atender a demandas mundiais crescentes por alimentos, fontes renováveis de energia e produtos têxteis, fez com que a PGPM, antes universal, se distanciasse cada vez mais da agricultura familiar.

Em 2003, foi instituído o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) por meio da Lei nº. 10.696 de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº. 6.447 de 7 de maio de 2008, cujo objetivo é apoiar a comercialização da produção familiar, por meio da aquisição, sem licitação, dos alimentos produzidos pelos agricultores familiares (definidos nas dimensões acima descritas) ou por suas organizações. Os produtos adquiridos são doados a pessoas em situação de insegurança alimentar ou formam estoques estratégicos governamentais que podem, também, ser doados ou destinados à comercialização (MDS, 2011).

Autores apontam o PAA como uma das mais importantes referências de apoio à comercialização governamental (Mattei, 2005 e Muller, 2007). A ampliação do público prioritário com a inclusão dos Povos e Comunidades Tradicionais, especialmente quilombolas, ribeirinhos, indígenas, extrativistas, pescadores artesanais e de mulheres no fornecimento de alimentos para o PAA tem sido um dos principais desafios para consolidação do Programa.

Os recursos destinados à operacionalização do programa eram até 2005 exclusivamente provenientes do MDS, especificamente da Secretaria de Segurança Alimentar. A partir de 2006, o MDA passou a contribuir com o PAA através das modalidades Compra Direta e CPR Estoque.

A operacionalização do PAA é efetuada pela Conab, que executa as modalidades Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF, Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea – CPR Doação e Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR Estoque, e por Estados e Municípios que operam a Compra Direta Local da Agricultura Familiar – CDLAF e Programa de Incentivo ao Consumo e Produção de Leite – PAA Leite (MDS, 2011).

O Programa é acionado após a colheita, no momento da comercialização, quando o esforço do pequeno produtor precisa ser recompensado com a venda da

sua produção a preço justo, de forma a remunerar o investimento e o custeio da lavoura, incluindo a mão-de-obra, e lhe permita ter recursos financeiros suficientes para a sobrevivência de sua família com dignidade (Conab, 2011).

Considerado como uma das principais ações estruturantes da estratégia Fome Zero, o PAA constitui-se em mais um mecanismo de apoio à agricultura familiar, a exemplo do Programa Nacional de Agricultura Familiar - Pronaf e do Proagro Mais, seguro específico para os agricultores familiares (Conab, 2011).

Nestes oito anos, por meio do PAA executado pela Conab, foram investidos em torno de 1,75 bilhão de reais na compra e doação de cerca de 1,3 mil toneladas de alimentos, beneficiando em todo o País cerca de 607 mil famílias de agricultores, tendo sido atendidas 35 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar, destacando-se, crianças de escolas públicas, indígenas, quilombolas e acampados da reforma agrária (CONAB, 2011).

O objetivo com o estudo foi realizar uma análise da implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em uma associação que reúne várias comunidades remanescentes de quilombolas no município de Adrianópolis no Vale do Ribeira, executora de um projeto de CPR Doação.

2. JUSTIFICATIVA

Em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNDSPCT, uma das prioridades do PAA é o apoio à comercialização da produção oriunda de comunidades quilombolas, cuja medida toma dimensão histórica a partir da ausência de políticas públicas adequadas de reconhecimento dos territórios e da garantia de acesso a direitos sociais e econômicos e à escassa destinação de recursos federais aos programas destinados a comunidades negras rurais descendentes de escravos.

Em que pese o acúmulo de conhecimento produzido no campo antropológico, existe, ainda, por parte dos órgãos responsáveis pela formulação de políticas públicas, um vácuo de informações sobre a verdadeira realidade do universo de comunidades quilombolas. Como exemplo tem-se o fato de que, oficialmente, são reconhecidas cerca de 750 comunidades, enquanto que, para os

movimentos sociais e pesquisadores, este número beira 2.000. Este quadro faz com que as ações direcionadas às comunidades quilombolas com vistas à promoção da redução das desigualdades raciais não atinjam totalmente seus objetivos.

Nesse contexto, a exceção fica por conta do PAA – CPR Doação que, por meio da aquisição sem licitação da produção (de alimentos) dos quilombolas, é uma efetiva e imediata alternativa de acesso a um programa econômico de geração de renda e sustentação de preços.

O Vale do Ribeira é a região do Estado do Paraná onde se encontra a maior parte das comunidades quilombolas. A diversidade social, ambiental e cultural ali existente não se compara a qualquer outra região do Brasil. Tal especificidade se justifica pelo fato de que no vale se concentra um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica do Brasil e onde se abrigam várias comunidades tradicionais e locais de quilombolas, indígenas, caiçaras e agricultores familiares.

As comunidades quilombolas do Vale do Ribeira surgiram em decorrência da mineração, atividade preponderante no século XVII na região, que utilizava trabalho escravo. Após a Abolição, os negros continuaram morando às margens do rio. As comunidades estão situadas na bacia hidrográfica do rio Pardo, que é o limite estadual entre o Paraná e São Paulo. O clima da região é quente e úmido, com temperatura média anual acima de 18° C. Os solos são geralmente férteis e provenientes do intemperismo físico e químico do quartzito e o relevo é muito acidentado. A vegetação original da área é a Floresta Ombrófila Densa / Floresta Atlântica (SIMÃO, 2006).

Entretanto, hoje dominam as pastagens e plantios de *Pinus spp.* e *Eucalyptus spp.*, atividades que resultam no empobrecimento do solo, descontrole na disseminação de sementes, como do pinus, diminuição do nível dos rios e perda de biodiversidade animal e vegetal (Camby, 2006).

Existem no local empresas que possuem milhares de hectares de terra circundando as comunidades, sendo que muitas dessas foram por centenas de anos, utilizadas por quilombolas, e muitos acabaram cedendo à pressão que sofriam para deixarem suas terras.

Este tipo de atividade econômica realizada pelos madeireiros está poluindo o meio ambiente de inúmeras maneiras, especialmente através da utilização de agrotóxicos. Além disso, são causadoras de desmatamentos com forte impacto na vida da população, que já não pode mais contar com a variedade de espécies animais e vegetais de outrora.

Em termos de geração de renda a maior fonte vem do trabalho nas empresas de reflorestamento de pinus, tratando-se de mão de obra assalariada, composta por jovens trabalhadores que não tiveram condições de sobrevivência no modelo econômico tradicional oriundo da prática da agricultura.

Tal quadro originou-se da ausência de políticas públicas adequadas que envolvessem, além do reconhecimento territorial e a garantia de direitos sociais, a geração de renda e sustentação de preços da produção agrícola.

O avanço do plantio de pinus, aliado à degradação dos recursos naturais e à redução de uso das terras, reduziu as oportunidades de sobrevivência das gerações mais jovens da comunidade, que partiram para o trabalho assalariado na plantação e corte de pinus, ou como “peões” para fazendeiros locais.

Ao buscar a identificação das contribuições do PAA em uma comunidade de quilombolas, procura-se trazer um olhar sobre os resultados esperados com a implantação do programa, tais como o estímulo à permanência do trabalhador rural na sua região de origem; combate à fome, por meio da aquisição de alimentos destinados a programas sociais; recuperação e preservação da agrobiodiversidade, por meio de sistemas e manejo da produção sustentável de cultivos que preservam as espécies características das regiões (CONAB, 2005).

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Consiste em identificar as contribuições do PAA nas comunidades quilombolas, localizadas no município de Adrianópolis, estado do Paraná, certificadas em 2005 pela “Fundação Cultural Palmares” como “Remanescente de

Quilombo”. Em 2007 foram completados 200 anos de ocupação na região paranaense do Vale do Ribeira.

Esta região é conhecida por apresentar um dos menores “Índices de Desenvolvimento Humano (IDH)” do estado, além de altos índices de mortalidade infantil e analfabetismo. Apesar de o IDH ser um parâmetro questionável, por avaliar apenas pontos restritos, sem levar em conta o contexto de cada localidade, pode vir a auxiliar na reflexão acerca da situação de vida destas populações, considerada as mais pobres do estado do Paraná (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2006).

3.2 Objetivos específicos

- Avaliar a importância do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no apoio à comercialização da produção agrícola de uma comunidade de quilombolas;

- Investigar quais as perspectivas que se abriram a partir da implantação do programa; verificar se houve modificações nas unidades produtivas, se ocorreu retomada e/ou ampliação dos cultivos tradicionais e a diversificação produtiva.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A recente implantação do PAA nas comunidades quilombolas no Vale do Ribeira abre novas perspectivas de desenvolvimento sustentável da produção agrícola na região, fato que será trabalhado de forma específica nas seções a seguir.

4.1 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA - foi instituído pela Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, juntamente com o Programa Bolsa Família, sendo uma iniciativa governamental com o objetivo de estruturar políticas de combate à fome e à pobreza no país, as quais se encontram articuladas às demais ações do Programa Fome Zero (Mattei, 2007).

De alguma forma, pode-se dizer que a Lei que instituiu o PAA, desburocratizou o processo de aquisição dos produtos da agricultura familiar para atender os programas públicos, ao dispensar as regras de licitação requeridas pela

Lei 8.666/93. Com isso, um criou-se um marco jurídico capaz de possibilitar uma maior presença do Estado no apoio aos processos de comercialização da produção dos agricultores familiares (Mattei, 2007).

O Programa é operado pela Companhia Nacional de Abastecimento - Conab ou por meio de convênios entre o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e os governos municipais ou estaduais. A execução se dá por meio da aquisição de alimentos e da formação de estoques públicos da agricultura familiar, respeitando-se limites de valores máximos por agricultor que vão de R\$ 4,5 mil a R\$ 9 mil reais por ano civil (Brasil, 2009b)¹.

Os alimentos adquiridos pelo PAA são isentos de licitação e comprados por preços de referência do mercado. As modalidades do programa são definidas por decreto presidencial e os limites financeiros de participação por agricultor familiar variam de acordo com a modalidade.

Atualmente, os limites de participação são: nas modalidades de compra com doação simultânea (executada por Estados, municípios e Conab) o limite é de R\$ 4.500,00 por família; nas modalidades compra direta e formação de estoques, feitas pela Conab, o limite é de R\$ 8.000,00 e na modalidade de incentivo a produção e consumo de leite o teto é de R\$ 4.000,00 por semestre. Uma família de agricultores pode acessar ao mesmo tempo as diferentes modalidades, atingindo o máximo de operações no valor de R\$ 16.000,00.

O PAA atua na pós-colheita, no momento da comercialização, quando o esforço do pequeno produtor precisa ser recompensado com a venda da sua produção a preço justo, de forma a remunerar o investimento e o custeio da lavoura, incluindo a mão-de-obra, e lhe permita ter recursos financeiros suficientes para a sobrevivência de sua família com dignidade (CONAB, 2011).

Considerado como uma das principais ações estruturantes da estratégia Fome Zero, o PAA constitui-se em mais um mecanismo de apoio à agricultura

¹ O limite de valores máximo vem aumentando ao decorrer dos anos, tendo sido inicialmente de R\$ 2.500,00 por agricultor/ano civil.

familiar, a exemplo do Programa Nacional de Agricultura Familiar - Pronaf e do Proagro Mais, seguro específico para os agricultores familiares (CONAB, 2011).

Historicamente a comercialização da produção agrícola familiar sempre gerou frustração e desestímulo para os pequenos agricultores, entregues, invariavelmente, a intermediários que, quando adquiriam suas colheitas, o faziam por preço vil.

A criação do PAA, por instrumento legal, representou um marco na política agrícola brasileira. Sua implementação revela, de forma inédita, a presença do Estado na comercialização da produção familiar. Ao assegurar a aquisição por preços justos da produção oriunda do público do PAA, o governo transmite segurança e incentivo a produzir mais e melhor. Com isto - e em articulação com outras ações - eleva-se significativamente o padrão de vida dos agricultores e de suas famílias, promovendo-se o desenvolvimento sustentável nas áreas menos assistidas do meio rural (CONAB, 2010).

Para ter acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA a principal exigência é a apresentação da DAP - Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar – PRONAF, documento que caracteriza o produtor como agricultor familiar.

Inicialmente a DAP era um documento específico para acesso a financiamentos no âmbito do PRONAF. Com o advento do PAA, a DAP passou a ser documento obrigatório para acessar o programa (MOC Títulos 27,30 e 33).

Com o avanço do PAA no processo de aquisição da produção, a DAP (antes destinada somente aos agricultores familiares tradicionais e assentados da Reforma Agrária com vistas ao PRONAF) passou a ser emitida, também, para outras categorias de produtores, inclusive os Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 07/02/2007 – quilombolas, extrativistas, indígenas, famílias atingidas por barragens, ribeirinhos, fundos de pastagens, pescadores artesanais, dentre outros - e trabalhadores rurais acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 47, de 26/11/2008).

O PAA é composto por diferentes modalidades, com objetivos e funcionamento também diferentes, conforme descrito a seguir:

- **Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF:** A modalidade permite a aquisição da produção da agricultura familiar, visando atender a demandas de alimentos de populações em risco alimentar. Em casos de baixa de preço, a Compra Direta também é utilizada, na movimentação de safras e estoques, adequando a disponibilidade de produtos às necessidades de consumo, cumprindo um importante papel na regulação de preços. Os estoques formados a partir deste instrumento destinam-se as doações ou a vendas no mercado (balcão ou leilão);
- **Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea – CPR Doação:** consiste na aquisição de alimentos, perecíveis ou não, próprios para o consumo humano. Esta modalidade caracteriza-se pela articulação entre a produção de agricultores familiares, organizados em cooperativas ou associações de produtores, com as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional de escolas, creches, abrigos, albergues, asilos, hospitais públicos e dos programas sociais da localidade para atendimento a banco de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias. Desta forma, promove o desenvolvimento da economia, no fortalecimento da agricultura familiar e na geração de trabalho e renda no campo, em âmbito local.
- **Formação de Estoque pela Agricultura Familiar - CPR Estoque:** esta modalidade propicia instrumentos de apoio à comercialização de seus produtos alimentícios. Operada por meio de organizações da agricultura familiar, disponibiliza recursos para que a organização adquira a produção de agricultores familiares e forme estoques de produtos para posterior comercialização.
- **Compra Direta Local com Doação Simultânea – CDLAF:** nesta modalidade são adquiridos alimentos da agricultura familiar para abastecer os equipamentos públicos de alimentação e nutrição e também as ações de acesso à alimentação empreendidas por entidades da rede socioassistencial

local. A modalidade é desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em parceria com governos de estados e municípios.

- PAA Leite - a modalidade de Incentivo à Produção e Consumo de Leite foi criada para contribuir com aumento do consumo de leite pelas famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e também incentivar a produção de agricultores familiares. O PPA Leite atua no território da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), sendo beneficiados todos os estados da região Nordeste e também o norte de Minas Gerais.

Destes mecanismos, conforme demonstrado no Gráfico 1, destaca-se, com bastante ênfase, a CPR Doação, em virtude de sua operacionalização contemplar todo tipo de alimento, independente de quantidade, protagonismo do Agricultor Familiar na indicação dos alimentos a serem entregues, respeito à sazonalidade da produção, resgate/manutenção do hábito alimentar, simplicidade operacional, rapidez no pagamento aos fornecedores, preços condizentes aos do mercado local, dentre outras vantagens.

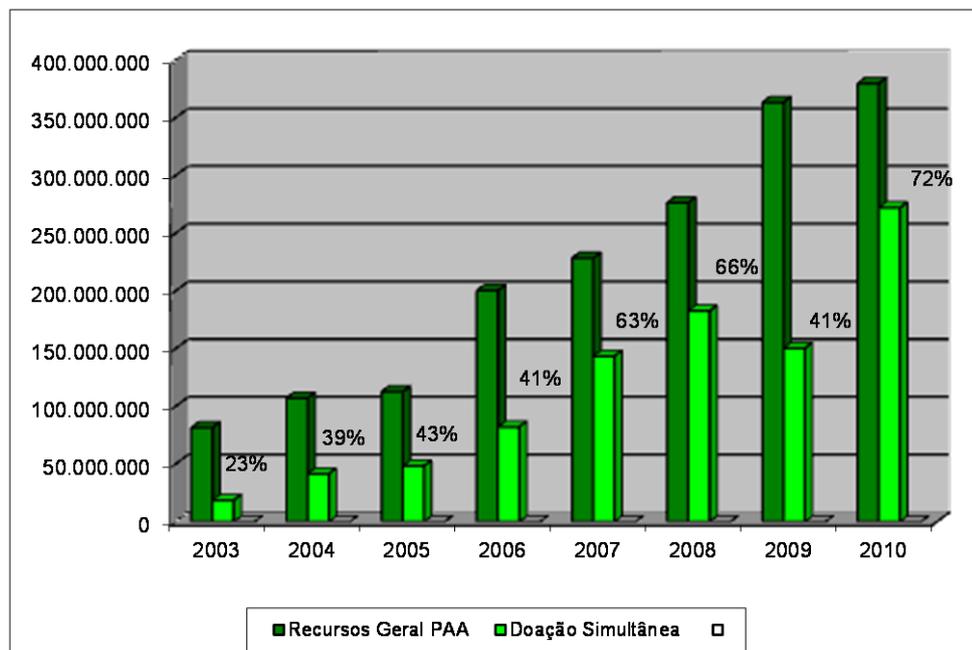


Gráfico 1 - Evolução dos recursos do PAA (em mil R\$)
Fonte: Conab, 2010

A CPR Doação é operada em conjunto com uma cooperativa ou associação, sendo formalizada com base na Cédula de Produto Rural (CPR). A CPR especifica o valor da transação, o vencimento, as circunstâncias nas quais ajustes de quantidades são permitidos, assim como instruções sobre a sua quitação.

Nesse contexto, a CPR Doação foi a modalidade que melhor se adequou às condições de acesso ao PAA pelas comunidades quilombolas da região do Vale do Ribeira no Paraná.

4.2 O Conceito de Quilombos

Para conceituar quilombos, nos dias vigentes, deve-se levar em consideração o critério da autodefinição dos agentes sociais, a autonomia do grupo social, o modo de apropriação ou posse e o uso dado aos recursos naturais disponíveis (ALMEIDA, 1996 e 1999). Quando se fala em quilombos, logo se faz uma relação entre presente e passado de um povo que precisa garantir um futuro mais digno, onde todas as discriminações possam ser reparadas numa nova expectativa de cidadania. Assim, a idéia de quilombo é definida, através da transição da condição de escravo para a de camponês livre. Nessa vigência nascem novas esperanças de conquistas de direitos, para as pessoas que residem nesses espaços (ALMEIDA, 1999).

Podemos utilizar o conceito de comunidades remanescentes de quilombos do Governo Federal, que é utilizado pelos Ministérios e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, por meio da Instrução Normativa N.º16, de 24 de março de 2004 que diz em seu artigo terceiro e quarto: "Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, os grupos étnico raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. Consideram-se terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos toda a terra utilizada para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural, bem como as áreas detentoras de recursos ambientes necessários à preservação dos seus costumes, tradições, cultura e lazer, englobando os espaços de moradia e, inclusive, os

espaços destinados aos cultos religiosos e os sítios que contenham reminiscências históricas dos antigos quilombos".

A imagem do quilombo como refúgio, como foco de resistência, é diversamente reconstruída a cada novo momento, para reafirmar a luta de uma minoria étnica. Imagem marcante, com toda a sua potência, sobre uma população que, de certo modo, favoreceu a aprovação de dispositivos constitucionais em 1988, garantindo a todos os remanescentes de quilombos, descendentes de ex-escravos, ou aos que se autorreconhecem como tal, o direito ao território por eles habitado. Os livros de História do Brasil sempre ensinaram os acontecimentos pós-escravidão relegando a segundo plano os assuntos relativos ao racismo; mascarando as graves questões sociais e discriminatórias que empurraram a população negra para os níveis mais inferiores de atenção e assistência governamental.

A população quilombola ainda luta por igualdade de direitos, pela posse e regularização fundiária de suas terras, pela ampliação de uma cidadania plena e pela equidade na saúde pública no nosso país. Os quilombolas estão distribuídos por todo território nacional, e muitos ainda vivem em comunidades formadas por forte vínculo de parentesco, mantendo ainda vivas tradições culturais e religiosas. Os membros da comunidade estão ligados a trabalhos rurais, ou culturas de subsistência, e muitos dependem de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, entre outros.

4.3 Comunidades Remanescentes Quilombolas do Vale do Ribeira

Reunindo sete municípios, o Vale do Ribeira é parte da Região Metropolitana de Curitiba – RMC, região do estado do Paraná, que contrasta exuberância e riqueza natural com a pobreza de seus habitantes. Seus municípios possuem índices de desenvolvimento humanos inferiores às respectivas médias estaduais, assim como os graus de escolaridade, emprego e renda de suas populações, entre outros indicadores, são tradicionalmente menores do que os de outras populações paulistas e paranaenses.

A maior parte dos municípios da região do Vale do Ribeira é essencialmente rural. Com relevo fortemente ondulado, de muitas montanhas e rios sinuosos, existem restrições ao uso do solo. Na parte paranaense da região estão

localizadas onze Comunidades Quilombolas, reconhecidas pela Fundação Palmares – órgão ligado ao Ministério da Cultura – Governo Federal (IPARDES, 2005).

A ocupação do vale do Ribeira remonta à época pré-colombiana. De início, servia de passagem para as várias tribos indígenas que desciam do planalto em direção ao litoral em épocas de escassez de alimentos em suas áreas originais (Ribeiro, 1995).

Os principais ciclos econômicos que se instalaram no local ao longo da história foram a exploração aurífera, a partir do século 17, e de outros minérios até décadas recentes, e as culturas do arroz, do café, do chá e da banana. Estes ciclos transformaram o Vale do Ribeira em fornecedor de recursos naturais de baixo custo, explorados sem qualquer respeito ao patrimônio ambiental e cultural e sem geração de benefícios para a população residente.

Os negros do Vale do Ribeira foram levados para esta região como escravos em 1549 para trabalharem na mineração do ouro. Eram originários da Guiné de Angola e de Moçambique. Uma nova leva de negros cativos foi levada para região no decorrer dos séculos. Boa parte foi introduzida pelo ciclo econômico do Tropeirismo já no século XVII quando todos os braços, que eram usados para o garimpo de ouro, foram deslocados para o cultivo do arroz e de outras culturas agrícolas.

Desses escravos muitos se juntaram aos índios locais para formar os Quilombos hoje existentes na região e com o isolamento inicial começam a produzir além de alimentos, uma cultura de base africana e indígena com elementos da cultura cristã, Holanda apud Macedo-Souza, (2003).

As famílias que por muito tempo resistiram às invasões de pescadores, mineradores e de madeireiros foram também pressionadas por fazendeiros para que vendessem suas terras por valores irrisórios quando várias famílias não negras chegaram à região para a exploração de recursos naturais encontrados. A agricultura, o extrativismo, a pesca e a criação de animais são as atividades de subsistência.

Nos Bairros rurais negros do Vale do Ribeira há necessidade de luta contra fazendeiros e grileiros e contra a construção de barragens ao longo do rio Ribeira de Iguape, que inundaria diversas comunidades, deixando algumas totalmente submersas.

Fatos como estes têm ocorrido em inúmeras comunidades que nas duas últimas décadas apóiam-se no artigo 68 para a construção da identidade de negros e quilombolas (Fundação Pró Índio de SP, SCHMITT, TURATTI, CARVALHO; 2002).

4.3.1 Acesso das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira ao PAA

A implantação do Programa de Aquisição de Alimentos nas Comunidades Quilombolas do Município de Adrianópolis se deu através da Associação Quilombolas do Vale do Ribeira (Coaquivale), diante das dificuldades de acesso desses agricultores aos benefícios das políticas públicas. A iniciativa tinha a possibilidade de proporcionar melhores condições para que os mesmos pudessem ser inseridos no processo de comercialização dos seus produtos possibilitando a geração de renda e de sustento de sua família, pois este projeto garantiria o escoamento da produção dos agricultores e promoveria o aumento da renda familiar, além de proporcionar aos mais jovens a oportunidade de permanecer nas comunidades.

A Coaquivale nasceu em 2008 e é quem administra e executa o programa tendo como proponente a Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro Sete Barras – única associação em condições legais para viabilizar o projeto – uma vez que a exigência para participar do programa é que o agricultor esteja organizado em associações e/ou cooperativas.

5. METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa exploratória qualitativa, que envolve levantamento bibliográfico e pesquisa de campo. No levantamento bibliográfico, os procedimentos foram de leitura de textos; artigos de jornal, projetos e relatórios sobre as comunidades. Na pesquisa a campo foram utilizadas técnicas qualitativas de levantamento de dados, tais como observações e

entrevista semi-estruturada. Para obtenção das informações qualitativas foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os beneficiários do Programa e com o representante da associação no mês de setembro 2011 no município de Adrianópolis-Pr.

6. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção analisa as contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nas Comunidades Remanescentes Quilombolas, localizadas no município de Adrianópolis. Para tanto, utiliza-se como referência as compras realizadas nos exercícios de 2010 e 2011.

6.1 O Programa de Aquisição de Alimentos no Município de Adrianópolis em 2010

O primeiro projeto de CPR-Doação realizado com a Associação de Quilombos Sete Barras do município de Adrianópolis foi em 2010 e contou com a participação de produtores integrantes das comunidades de Tatupeva, Porto Velho, Córrego do Franco, João Surá, Ilha Rasa, Córrego das Moças, Barra Grande e Praia do Peixe, situadas no município de Adrianópolis. Foram liberados cerca de R\$ 213 mil para a aquisição de hortaliças, frutas, raízes, tubérculos, arroz, feijão, mel e palmito. Tabela 1. O programa proporcionou a participação de 58 produtores garantindo a cada um deles uma renda mensal em torno de R\$ 300,00. Os alimentos foram doados a sete entidades do município e banco de alimentos de Curitiba que auxiliam mais de 54 mil pessoas em situação de insegurança alimentar.

Produto	Quantidade (kg)	Valor pago pela Conab	Valor Total (R\$)
Abacate	1	1	1.980,00
Abobora Seca	2	0	1.776,50
Abobrinha	2	0	2.241,00
Acelga	3	1	350,00
Alface Crespa Média	8	0	1.606,50
Almeirão	1	0	364,00
Arroz Beneficiado T/2	1	1	1.333,50
Banana Caturra	2	0	25.633,80
Banana Maçã	4	1	9.393,30
Banana Prata	4	1	7.497,00

Batata Doce	3	0	3.930,30
Batata Salsa	1	2	205,00
Berinjela	1	0	1.287,00
Beterraba	6	0	480,00
Brócolis	2	1	528,00
Caqui	3	2	700,00
Cará	4	1	410,00
Cebola	2	1	250,00
Cenoura	1	0	805,00
Cheiro Verde	6	1	2.445,00
Chicória	2	0	520,00
Chuchu	2	0	1.304,10
Couve Manteiga	5	0	1.045,44
Couve Flor	2	1	300,00
Espinafre	1	1	300,00
Feijão Cores T/1 e 2	1	1	18.597,48
Feijão Preto T/1 e 2	2	1	3.504,00
Inhame	1	1	240,00
Jabuticaba	5	1	7.020,00
Jaca	1	1	150,00
Laranja Lima	3	1	320,00
Laranja Pêra	1	0	840,00
Limão Rosa	3	0	2.884,00
Mamão	5	1	624,00
Mandioca/Aipim	3	0	20.610,00
Maracujá	6	2	1.320,00
Mel (1,3,5 kg)	1	6	74.562,00
Mexerica/Morgote	5	1	505,00
Milho Verde (com	5	1	6.424,00
Mostarda	1	0	200,00
Nabo	1	1	238,00
Palmito Pupunha in	3	2	925,00
Palmito Real in natura	1	2	375,00
Pepino	1	0	1.120,00
Pimentão Verde	5	1	550,00
Ponkan/Tangerina	7	0	525,00
Quiabo	9	2	1.920,00
Rabanete	1	0	384,00
Repolho Verde	8	0	434,50
Tomate Extra A	3	1	350,00
Vagem Extra A	9	1	1.592,50

Tabela 1 – Produtos comercializados através do PAA – Projeto 2010

Fonte: Conab, 2010

Como visto na tabela acima, é extremamente diversificado o universo de alimentos comercializados pela agricultura familiar para o PAA. A distribuição dos tipos de alimentos também demonstra que, tanto os agricultores, quanto quem recebe os alimentos tem tido uma alimentação mais saudável, rica em frutas e verduras.

6.2 O Programa de Aquisição de Alimentos no Município de Adrianópolis em 2011

Um segundo projeto no valor de R\$ 564 mil está em andamento, beneficiando 126 famílias de produtores incluindo também agricultores das comunidades de São João, Laranjal, Mamonas, Barra Linda e Descampado.

Produto	Quantidade (kg)	Valor pago pela Conab	Valor Total
Abacate	1	1	19.517,50
Abacaxi	3	1	4.650,00
Abobora Seca	5	1	6.022,25
Abobrinha Verde	5	1	6.158,25
Acelga/Couve Chinesa	1	1	1.000,00
Acerola	1	2	3.915,00
Alface Crespa Média	5	0	9.786,40
Almeirão	3	0	1.040,00
Amendoim com Casca	6	4	2.700,00
Arroz Beneficiado T2	9	1	1.227,60
Banana Caturra	6	0	60.000,30
Banana Maça	2	1	48.633,75
Banana Prata	3	1	59.692,50
Batata Doce	2	1	22.362,90
Batata	3	2	795,00
Berinjela	2	1	2.600,00
Beterraba	2	0	2.344,50
Brócolis	1	1	528,00
Caqui	4	2	10.122,50
Cará	2	1	3.480,00
Cebola Branca	1	1	1.470,00
Cenoura	3	1	3.622,50
Cheiro Verde	2	2	16.330,00
Chuchu	9	0	7.944,10
Couve Flor	2	1	3.241,20
Couve Manteiga	2	0	4.584,00
Espinafre	1	1	4.386,00
Feijão Cores T1 e 2	1	1	24.228,40
Feijão Preto T1 e 2	3	1	6.772,80

Goiaba	1	1	2.880,00
Graviola	1	5	6.080,00
Inhame	3	1	6.562,50
Jabuticaba	1	3	40.203,00
Jaca	1	1	2.175,00
Jiló	6	2	1.260,00
Laranja Lima	2	1	3.007,50
Laranja Pêra	2	0	1.600,00
Limão Rosa	2	0	17.763,20
Limão Taiti	2	1	2.300,00
Mamão Papaia	4	1	5.746,00
Mandioca/Aipim	4	0	31.523,25
Manga	1	1	2.450,00
Maracujá	2	3	9.486,00
Melancia	7	0	5.516,64
Mexerica/Mimosa	2	1	3.399,50
Milho de Pipoca	1	2	2.805,00
Milho Verde (com	1	1	20.749,50
Mostarda	4	0	783,00
Nabo	3	1	480,00
Palmito Pupunha	1	2	26.790,00
Palmito Real	7	2	17.650,00
Pepino	1	1	1.081,00
Pimentão Verde	1	1	1.740,00
Quiabo	1	2	3.919,80
Rabanete	2	1	717,00
Repolho	2	0	1.307,50
Tangerina/Ponkan	1	0	1.267,00
Tomate	5	1	775,00
Vagem	1	1	2.696,20

Tabela 2 – Produtos comercializados através do PAA – Projeto 2011

Fonte: Conab, 2011

Conforme demonstra a Tabela 2, constata-se que a majoração dos preços pagos pelos produtos do PAA em 2011 em relação a 2010 é bastante significativa.

Segundo o coordenador da associação, Marcelo Nogueira da Cunha, em virtude do aumento nos preços, vários produtores que participam do programa têm demonstrado interesse em aumentar a área cultivada com lavouras alimentícias e/ou diversificar ainda mais os cultivos realizados em pequenas áreas. Foram ampliadas e diversificadas em especial as produções de frutas e hortaliças, que constituem as principais categorias de alimentos comercializados no programa. O PAA proporcionou, em alguns casos, aos agricultores beneficiados que antes

trabalhavam como diarista o retorno às atividades na sua propriedade com o intuito de maior dedicação do seu tempo.

A Tabela 3 contempla, para os dois anos analisados, os valores e a taxa de crescimento do número do comunidades e de famílias participantes, o número do consumidores beneficiados, o valor total dos projetos, o valor recebido pelas famílias e a quantidade total de produtos adquiridos. Tanto o volume de recursos destinados ao PAA quanto o número de famílias beneficiadas pelo programa aumentaram significativamente desde o ano de sua criação, contribuindo para garantia da renda e melhoria na qualidade de vida para esses agricultores.

Itens Avaliados	2010	2011	%
Nº Comunidades Participantes	8	13	62,5
Nº Famílias Participantes	58	126	117,2
Nº Consumidores Beneficiados	54.597	57.544	5,4
Valor Total do Projeto (R\$)	213.000,00	564.000,00	164,8
Valor Recebido por Família – Ano	3.670,69	4.475,15	21,9
Valor Médio Recebido por Família - Mês	305,89	373,00	21,9
Quantidade de Produtos (kg)	147.218	399.601	171,4

Tabela 3 – PAA 2010 e 2011 Evolução do Programa

Fonte: Conab, 2011

A qualidade dos produtos destinados ao programa é um requisito do PAA que está motivando a associação a padronizar o acondicionamento das mercadorias nas entregas. Os alimentos que eram transportados em sacos, sacolas ou outras embalagens foram substituídos pelo uso de caixas² evitando danos ao produto.

² recursos oriundos das vendas realizadas no PAA.



Figura 1 - Aquisição de 570 caixas de plástico para transporte

Foto: Marcelo Nogueira da Cunha

A responsabilidade sobre o transporte para entrega dos produtos aos beneficiários consumidores está sendo assumida pelo município de Adrianópolis. A prefeitura disponibiliza um caminhão que vai até um ponto onde a estrada permite chegar e recolhe os alimentos que são trazidos pelos produtores. A geografia da região e a ocupação das terras na margem dos rios pelas comunidades São João e Córrego do Franco são fatores que desafiam os agricultores no transporte dos produtos desde a unidade produtiva até o ponto de coleta do caminhão. A infraestrutura com pontes ligando as margens não existe e a única forma de acesso até o local da coleta é a pé ou em lombos de animais, atravessando pontes rústicas suspensas, conforme se observa à Figura 2.



Figura 2 – Travessia de produtos sobre o Rio Pardo – Comunidade São João, mercadoria carregada durante 1h30 sobre lombo de burros

Foto: Marcelo Nogueira da Cunha

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe destacar, que apesar do pouco tempo da implantação e execução do PAA, apenas oito anos, os resultados obtidos são significativos, entre os quais, apontamos a inclusão social, fortalecimento da organização dos produtores estimulando o associativismo de produção, comercialização e de crédito, geração de renda e trabalho no campo, aproximação entre o produtor rural as comunidades urbanas, diversificação da produção e qualidades dos alimentos consumidos tanto pelos próprios agricultores bem como pela população em situação de insegurança alimentar e nutricional, salientando que a prioridade do público alvo no atendimento com o PAA são as comunidades tradicionais, tais como, indígenas, quilombolas e assentados.

O PAA está proporcionando a geração de renda para as famílias dessas comunidades tradicionais, estimulando o desenvolvimento e contribuindo para a manutenção da biodiversidade local, aumentando as oportunidades de crescimento e melhor qualidade de vida para um número cada vez maior de pessoas.

Desta forma, o programa está atuando como um mecanismo que contribui para que essas famílias passem de receptoras de cestas básicas para fornecedoras de alimentos promovendo o desenvolvimento sustentável dessas comunidades que tradicionalmente estiveram à margem desse processo.

A inserção de famílias de agricultores (as) nos projetos, cujos níveis de pobreza são acentuados, está contribuindo para estimular a diversificação dos tipos de alimentos produzidos na propriedade em função da garantia de comercialização, influenciando assim diretamente na quantidade e qualidade dos alimentos produzidos e consumidos pelas famílias.

A importância de o PAA ampliar sua atuação junto a segmentos ainda excluídos como as comunidades de quilombolas, que ainda têm uma participação muito pequena no Programa, pode representar uma forma de reconhecimento dessa população pelo Governo Federal.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- _____. Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.
- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. Fortaleza, Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável, 1999.
- ALMEIDA, W. "Os quilombos e as novas etnias" In: Direitos Territoriais das Comunidades Negras Rurais. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1999.
- ALTAFIN, I. Sustentabilidade, Políticas Públicas e Agricultura Familiar: uma apreciação sobre a trajetória brasileira. Tese de Doutorado, agosto/2003.
- ALTMANN, R. (Coord.) Perspectivas para a agricultura familiar: horizonte 2010. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2002. 112p.
- BITTENCOURT, G. A.; BIANCHINI, V. Agricultura familiar na região sul do Brasil, Consultoria UTF/036-FAO/INCRA, 1996.
- BONILLA, J. A. Qualidade total na agricultura: fundamentos e aplicações. Belo Horizonte: Secretaria de Agricultura de Minas Gerais, 1994.
- BRASIL - Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/saf>>, acessado em set/2011.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Oficina de controle social do PAA. MDS, 03 e 04 de fevereiro, 2010.
- CAMBUY, A.O.S Perfil Alimentar da Comunidade Quilombola João Surá: Um Estudo Etnográfico, 2006
- CARNEIRO, M. J. T. Camponeses, agricultores e pluriatividade. Rio de Janeiro, Contracapa, 1998.
- CARNEIRO, M. J. T. Sobre classificações e tipologias: agricultores familiares e pluriatividade. In: SEMINÁRIO "O NOVO RURAL BRASILEIRO". Campinas: IE/UNICAMP, 1999.
- CHMIELEWSKA, D.; Souza, D.; Lourete, A.L. O Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA) e as práticas dos agricultores participantes orientadas ao mercado: estudo de caso no estado de Sergipe. Brasília: IPEA, 2010.
- COELHO, C. N. 70 Anos de política agrícola no Brasil (1931-2001). Revista de Política Agrícola, Brasília, Ministério da Agricultura e Abastecimento, 2001.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em ago/set 2011.

ESPÍRITO SANTO, E, CARDOSO, L.V., MEDEIROS J. X. Nova Competição: Um Enfoque Estratégico para a Competitividade da Agricultura Familiar. In: XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Juiz de Fora: SOBER. 27 a 30 de julho de 2003.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. Nova Economia, Belo Horizonte, v.7, n.1, p. 43-81, 1997.

GUANZIROLI, C.; CARDIM, S. E. (Coord.). Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, fev/2000. 74 p. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/fao/pub3.html>. Acesso em maio, 2011

GUILHOTO, Joaquim J. M. A importância do agronegócio familiar no Brasil. Rev. Econ. Sociol. Rural vol.44 no.3 Brasília July/Sept. 2006

<http://www.gtclovismoura.pr.gov.br/arquivos/File/relatoriofinal2005a2010.pdf> acessado em agosto, 2011.

<http://www.quilombosdoribeira.org.br/content/1> acessado em setembro, 2011.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Caiçaras, Quilombolas e Indígenas. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/inst/camp/Ribeira/comunidades>> Acesso em: Set/2011

IPARDES. Vale do Ribeira: referências da dinâmica regional. Curitiba, 2005.

KAMIMURA, A.; Oliveira, A.; Burani, G.F. A agricultura familiar no Brasil: um retrato do desequilíbrio regional. Interações (Campo Grande) vol.11 no.2 Campo Grande July/Dec. 2010.

LEITE, S. P. Políticas públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

MACEDO-SOUZA, L.I. Variabilidade Molecular do Cromossomo Y em Remanescentes de Quilombos no Vale do Ribeira. 2003. Dissertação (Mestrado) - Instituto de biociências da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

MARTINS, J. S. As Coisas no Lugar (Da ambigüidade à dualidade na reflexão sociológica sobre a relação cidade-campo). In: Martins (org.). Introdução crítica à Sociologia Rural. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MATTEI, L. Impactos do PRONAF: análise de indicadores. Brasília: MDA/NEAD, 2005

MATTEI, L. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): Antecedentes, Concepção e Composição Geral do Programa. Disponível em: http://www4.fct.unesp.br/nivaldo/Pos-Graduacao/Lato-GARCA/Texto3_PAA_Mattei.pdf. 2007. Acesso em set/2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf>>. Acesso em set/2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas>>. Acesso em set/2011.

MULLER, A. L. A construção das Políticas Públicas para Agricultura Familiar no Brasil: o caso do programa de aquisição de alimentos. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 2007.

PELIANO, A.M.T.M.; CASTRO, C.M.; MARTINE, G.; GARCIA, R.C. O problema alimentar brasileiro: situação atual, perspectivas e proposta de políticas. Brasília: IPEA/IPLAN/CNRH, n. 11, dez. 1983.

RIBEIRO, D. O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Circulo do Livro. 1995.

SCHMITT, A. TURATTI, M. CARVALHO, M. New concept for quilombo: identity and territory within theoretical definitions. *Ambient. soc.* Jan./June 2002, no.10 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci>

SCHNEIDER, S. A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2003.

SIMÃO, C. Diagnóstico Rural Participativo na Comunidade Quilombola João Surá, Adrianópolis, Paraná. Relatório Técnico apresentado ao projeto ENEC /VERSUS Extensão. PROEC/SCS/UFPR. Agosto, 2006.

VALENTE, A. L. E. F. Reflexões sobre o estudo de caso: subsídio à pesquisa no campo do agronegócio, 2003a (texto digitado).

VEIGA, J. E.; FAVARETO A.; AZEVEDO, C.M.A.; BITTENCOURT, G.; VECCHIATTI, K.; MAGALHÃES, R.; JORGE, R. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento, Brasília: Convênio FIPE-IICA(MDA/CNDRS/NEAD), 2001. Disponível em: <http://www.nead.org.br/index.php?acao=bibliotecaepublicacaoID=112> Acesso em maio, 2011.

VEIGA, Laura. Pesquisas e avaliações produzidas sobre o PAA: compartilhando leituras. Seminário PAA balanços e perspectivas ministério do desenvolvimento social combate à fome. Junho/2008

WANDERLEY, M.N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas. 2ª ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap.1, p. 21 – 55.